

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 06/2013**

Período: 09/03/2013 – 15/03/2013

GEDES – Brasil

- 1- Regime Militar I: ministério da Justiça anistiou nove militantes políticas que foram perseguidas durante o regime militar
- 2- Regime Militar II: governo envia documentos ao Arquivo Nacional
- 3- Regime Militar III: estudante morto recebe homenagens e pedido de desculpas oficiais na USP
- 4- Regime Militar IV: deputado federal pede audiência para discutir as relações entre o presidente da CBF e o regime militar brasileiro
- 5- Beechcraft protesta contra licitação vencida pela Embraer para fornecimento de aviões à Força Aérea estadunidense
- 6- Plano Estratégico de Segurança Pública para a Copa de 2014 prioriza combate ao terrorismo
- 7- Presidenta Dilma Rousseff quer membro do PT para comandar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara
- 8- Prédio que abrigou o Tribunal da Justiça Militar sediará Memorial
- 9- Editorial analisa a questão nuclear no Brasil

1- Regime Militar I: ministério da Justiça anistiou nove militantes políticas perseguidas durante o regime militar

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça anistiou no dia 08/03/13 – Dia Internacional da Mulher - nove mulheres que foram perseguidas durante o regime militar (1964-1985), sendo duas delas – as camponesas Cipriana da Cruz Rodrigues e Maria Aparecida Rodrigues e Miranda – já falecidas. As demais anistiadas foram: Roseli Fátima Senise Lacrete, presa em 1971; Maria Oneide Costa Lima, mantida em cárcere privado em 1981; Maria Déia Vieira, que viu toda a família ser presa; Monica Tolipan, que se exilou na Argentina; Maria de Lourdes Toledo Nanci, também detida; Thereza Sales Escame, perseguida política; e Lélea Amaral, presa quando estava grávida. A solenidade contou com homenagens à Darcy Andozia, que foi presa com o filho Carlos Alexandre – na época com 1 ano e 8 meses -, e também à Jesse Jane, Yara Falcon, Lilia Godim e Maria Auxiliadora Arantes. Segundo a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, “a mulher que luta, que diz que lugar de mulher não é no tanque ou no fogão, não precisa ganhar flores nem parabéns neste dia. Ela tem que ganhar respeito e protagonismo na sociedade brasileira”. (*Correio Braziliense* – 09/03/13)

2- Regime Militar II: governo envia documentos ao Arquivo Nacional

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o governo brasileiro entregou ao Arquivo Nacional, na tarde do dia 08/03/13, 412 caixas contendo documentos e 150 livros com exposições de motivos e leis que foram produzidos durante o

regime militar (1964-1985) pela Casa Civil. Documentos estes que se encontravam retidos conforme divulgado anteriormente pelo periódico. Ainda encontram-se fora do alcance de pesquisadores, do controle do Arquivo Nacional e da Comissão Nacional da Verdade, documentos produzidos por ministros de pelo menos oito pastas - Marinha, Exército, Aeronáutica, Agricultura, Justiça, Trabalho, Relações Exteriores e Fazenda. A *Folha* enviou dois recursos solicitando o acesso aos arquivos do período, do então Gabinete Civil, mas ambos foram negados pela Casa Civil. Segundo o jornal, as análises dos documentos podem esclarecer diversos pontos do funcionamento do regime e de seu aparato que ainda estão obscuros. A iniciativa de abertura dos arquivos é coordenada pelo Ministério da Justiça, que irá determinar também o envio de milhares de documentos dos demais Ministérios ao Arquivo Nacional para serem catalogados e abertos para consulta pública. (Folha de S. Paulo – Poder – 09/03/13)

3- Regime Militar III: estudante morto recebe homenagens e pedido de desculpas oficiais na USP

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça realizou um ato público, na cidade de São Paulo, no dia 15/03/13, que reconheceu o estudante morto durante o regime militar (1964-1985), Alexandre Vannucchi Leme, como anistiado político. Leme era estudante de geologia da Universidade de São Paulo (USP) e militante da Aliança Nacional Libertadora (ANL), quando foi preso e morto nas dependências do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), na cidade de São Paulo, no dia 17/03/73, aos 22 anos de idade. Conforme noticiou o *Estado*, a versão oficial sobre a morte dada pelas autoridades é de que Leme foi atropelado por um carro durante uma tentativa de fuga, embora outros presos tenham relatado que o estudante foi torturado até chegar a óbito. Segundo o *Estado*, o corpo foi enterrado sem qualquer aviso à família em uma cova rasa forrada com cal, para acelerar o processo de decomposição. A solenidade, que ocorreu no Instituto de Geociências da USP, contou com um julgamento simbólico do caso do estudante e, em seguida, o Estado brasileiro reconheceu o erro e pediu desculpas oficiais a pedido da família. O tio de Leme, Aldo Vannucchi, afirmou que declarar Leme como anistiado político "acaba com o estigma de terrorista e subversivo que o regime lhe impôs". Já o presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e secretário nacional de Justiça, Paulo Abrão, declarou que "ao reconhecer seus erros o Estado reconhece o direito de resistência de quem lutou contra a opressão". Segundo o *Estado*, os familiares e autoridades presentes na cerimônia puderam conhecer o "Monumento em Homenagem às Vítimas da Repressão Política Promovida pela Ditadura Militar (1964-1985)", localizado na Praça do Relógio, o coração da USP. O monumento foi aberto ao público durante o período de férias, sem nenhuma cerimônia. Nele está gravado o nome de 38 mortos e desaparecidos ligados à universidade; o primeiro nome gravado é o de Leme. A obra foi financiada pela Petrobrás, executada pelo Fundo de Apoio à USP e é de responsabilidade do Núcleo de Estudos da Violência da universidade. Em 2011, houve uma polêmica envolvendo o reitor da USP, João Grandino Rodas, familiares dos homenageados, ex-presos políticos, estudantes e ativistas de direitos

humanos, por causa da inscrição “revolução de 1964” feita em um tapume que cobria a obra, que foi associada ao reitor devido aos seus posicionamentos junto à comunidade universitária. Rodas mandou refazer o tapume e afirmou que tudo era culpa da “desinformação do redator”. Na mesma cerimônia, Rosa Cardoso, membro da Comissão Nacional da Verdade, entregou o novo atestado de óbito à família do jornalista preso, torturado e morto nas dependências do DOI-Codi em 1975, Vladimir Herzog. (Folha de S. Paulo – Poder - 12/03/13; O Estado de S. Paulo – Nacional – 10/03/13)

4- Regime Militar IV: deputado federal pede audiência para discutir as relações entre o presidente da CBF e o regime militar brasileiro

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, Romário de Souza Faria, pediu em plenário a convocação de uma audiência pública para discutir as relações do futebol com o regime militar (1964-1985). O questionamento baseia-se na suposta ligação do atual presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), José Maria Marin, com os militares. Na época, Marin ocupou o cargo de deputado estadual por São Paulo e, segundo Romário, fez um “duro pronunciamento contra a TV Cultura”, indagando ainda se Marin teria alguma relação com a morte do jornalista Vladimir Herzog, então diretor de jornalismo da emissora. De acordo com o *Correio*, no site da CBF uma nota afirmava que o posicionamento de Romário não passava de uma tentativa de constranger o atual presidente da Confederação. (*Correio Braziliense – Política - 15/03/13*)

5- Beechcraft protesta contra licitação vencida pela Embraer para fornecimento de aviões à Força Aérea estadunidense

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a empresa estadunidense de aviões Beechcraft entrou com um protesto formal junto ao órgão do governo estadunidense que verifica a existência de irregularidades em licitações públicas, o U.S. Government Accountability Office. O protesto questiona a decisão tomada pela Força Aérea dos Estados Unidos (USAF, sigla em inglês), que anunciou em 27/02/13 a escolha da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) para o fornecimento de 20 aviões de ataque leve Super-Tucano, os quais serão utilizados em missões de contrainsurgência no Afeganistão. De acordo com o *Estado*, o presidente executivo da Beechcraft, Bill Boisture, declarou em comunicado que a empresa está “perplexa” com a decisão. A Beechcraft, que perdeu a disputa, estima que a decisão afete cerca de 1,4 mil empregos nos Estados Unidos. Segundo publicação do periódico, a USAF defendeu no dia 11/03/13 a decisão pelo contrato de US\$ 428 milhões com a brasileira Embraer. O porta-voz da USAF, Ed Gulick, afirmou que a decisão foi bem fundamentada e que as propostas foram “total e justamente consideradas dentro do critério de avaliação”. A empresa estadunidense já havia contestado a decisão em novembro de 2012, o que causou a suspensão da licitação de compra dos aviões da Embraer. O U.S. Government Accountability Office tem 100 dias para apurar a questão. Segundo o *Estado*, no dia 08/03/13, a Embraer declarou que, somente nos Estados Unidos, possui 1,2 mil empregados, além dos 2,5 mil da sócia Sierra Nevada. *O Estado* noticiou que a USAF emitiu uma

ordem de interrupção de trabalhos para Embraer e Sierra Nevada, por consequência do protesto da Beechcraft. Este é um procedimento padrão que ocorre quando um dos concorrentes questiona o resultado da licitação, porém a USAF pedirá às autoridades americanas que autorize a retomada dos trabalhos, para que as empresas possam dar início à produção das aeronaves, uma vez que envolve interesse nacional no programa. Para Luiz Carlos Aguiar, presidente da Embraer Defesa e Segurança, a interrupção do contrato com a USAF é temporária, mostrando-se extremamente confiante na manutenção do resultado da licitação. Aguiar contestou os argumentos da Beechcraft, afirmando que a Embraer tem gerado empregos diretos nos EUA desde 2008, enquanto que a concorrente demitiu centenas de trabalhadores e transferiu sua produção dos EUA para o México, descontinuando cinco modelos de aeronaves líderes de mercado. Segundo o *Estado*, a Embraer Defesa e Segurança deve ter um crescimento de dois dígitos ao longo dos próximos anos e registrar uma expansão média anual de 12% até 2020, conforme afirmado por Aguiar em uma apresentação à imprensa. (O Estado de S. Paulo – Negócios – 09/03/13; O Estado de S. Paulo – Negócios – 14/03/13; O Estado de S. Paulo – Negócios - 15/03/13)

6- Plano Estratégico de Segurança Pública para a Copa de 2014 prioriza combate ao terrorismo

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o Plano Estratégico de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014, assinado pelos ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo; da Defesa, Celso Amorim; e pelo ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general José Elito Carvalho, tem como prioridade o combate ao terrorismo. Segundo o documento, a Copa é uma "oportunidade especial" para ataques terroristas em território nacional, "tendo em vista o novo espaço ocupado pelo Brasil no cenário internacional e a atual conjuntura mundial". De acordo com a *Folha*, uma das funções do poder público será a de "prevenir, reprimir e combater as ameaças de origem terrorista e/ou química, biológica, radiológica e nuclear, e mesmo de artefatos explosivos improvisados". No plano, foram definidos três eixos de atuação: ameaças externas, ameaças internas e a proteção de portos, aeroportos e fronteiras. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, destacou que o legado desse plano estratégico é a relação harmônica entre os Ministérios da Defesa e da Justiça, além do crescimento da integração entre as polícias brasileira e de outros países, considerando que o crime também é globalizado. De acordo com o jornal, a Polícia Federal e o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas dividirão as funções de combate ao terrorismo. No documento, afirma-se que "há a necessidade de que sejam integradas e coordenadas as ações de órgãos direta ou indiretamente ligados à prevenção, repressão e combate das ações de natureza terrorista". Segundo a *Folha*, às Forças Armadas compete a prevenção, análise e coleta de substâncias químicas, radiológicas, biológicas e nucleares, além da "execução da descontaminação de instalações e equipamentos". (Folha de S. Paulo – Esporte – 10/03/13)

7- Presidenta Dilma Rousseff quer membro do PT para comandar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara

Conforme publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, a presidenta da República, Dilma Rousseff, pediu ao Partido dos Trabalhadores (PT) que na partilha das comissões da Câmara dos Deputados, um membro do partido comande a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Segundo o jornal, a comissão conduzirá debates entre o governo e a oposição sobre questões polêmicas a serem decididas até o final de 2013. O deputado Nelson Pellegrino, do estado da Bahia, foi indicado pelo partido para a vaga. *O Estado* destacou que o governo brasileiro pretende concluir a disputa pelo contrato de R\$ 4 bilhões para a compra de 36 caças para a Força Aérea Brasileira (FAB) ainda em 2013, bem como o desenvolvimento do satélite geoestacionário, avaliado em R\$ 716 milhões. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 10/03/13*)

8- Prédio que abrigou o Tribunal da Justiça Militar sediará Memorial

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o prédio que abrigou durante 72 anos o Tribunal da Justiça Militar, na cidade de São Paulo, sediará o Memorial dos Advogados de Presos Políticos e contra a Censura, além de funcionar como sede das Comissões Nacional e Estadual da Verdade. No local, durante o período do regime militar (1964-1985), foram julgados, entre outros, o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e a atual presidenta Dilma Rousseff, além de ter sido palco de diversos fatos da história política brasileira. *O Estado* mencionou que, em fevereiro de 2013, a construção foi invadida por movimentos sociais que exigiam a definição do uso do edifício. Ainda foi mencionado que a Comissão da Verdade deseja transformar o prédio em um museu, da mesma forma que a antiga sede do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) em São Paulo. De acordo com o presidente da sede estadual da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP), Marcos da Costa, o memorial será “fundamental para contar a história da luta pelos direitos”. (*O Estado de S. Paulo – Metrópole – 14/03/13*)

9- Editorial analisa a questão nuclear no Brasil

Em editorial, no dia 15/03/13, o jornal *O Estado de S. Paulo* fez uma análise sobre o desejo do Brasil de alcançar a autossuficiência em energia nuclear até 2014, como parte no Plano Nacional de Energia (PNE). Para o jornal, a falta de decisão sobre o futuro das usinas nucleares e a carência de investimentos adequados que assegure às Indústrias Nucleares do Brasil (INB) a correta extração e enriquecimento de urânio, impossibilitam a autossuficiência nesta área até o prazo estipulado. Como consequência disso, a usina de Angra 3 só deverá entrar em operação em 2016 utilizando urânio importado. O PNE previa a conclusão de Angra 3 e a construção de mais quatro usinas nucleares, porque segundo a empresa responsável pela elaboração do PNE, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), todo potencial hidrelétrico do país estaria em seu ápice até 2030, dependendo assim de nova fonte energética. Por ser considerada uma fonte de energia limpa e o Brasil deter a sexta maior reserva de urânio do mundo, assim como dominar a sua tecnologia de enriquecimento, essa foi eleita a melhor forma de complementação energética. Entretanto, de acordo com o *Estado*, o crescimento da utilização de fontes renováveis como a

eólica e a biomassa tem-se mostrado como uma melhor opção atualmente. Outra questão que tem contribuído para a inviabilidade da utilização de urânio está na capacidade da única mina em operação no país e no método usado para explorá-la, que se esgotará em 2014. Além disso, o contrato de instalação de uma nova fábrica, entre a INB e a Marinha, detentora da tecnologia de enriquecimento de urânio, está quase parado. (O Estado de S. Paulo – Notas & Informações - 15/03/13)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora e Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).